



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 3 N. 2 Fevereiro de 2014

**A DINÂMICA CAPITALISTA E A QUESTÃO URBANA: UMA APROXIMAÇÃO
A PARTIR DE DIFERENTES ABORDAGENS NEOMARXISTAS**

Priscilla Maria Costa da Silva
Vivian Camila Lobato de Souza
José Raimundo Trindade
Gilberto Souza Marques

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 3 – N° 02 – Fevereiro de 2013

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Marcelo Bentes Diniz

Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

David Carvalho

Raimundo Cota

Francisco Costa

José Nilo

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editoriais, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	6
2- A Dinâmica Urbana Contemporânea e as Crises Capitalistas	8
3 – Uma primeira aproximação a complexidade urbana capitalista a partir de autores Neomarxistas.....	11
3.1 Lefebvre e a Dialética do Espaço Urbano.....	11
3.2 Manoel Castells e o Estruturalismo Urbano	14
3.3 Jean Lojkin e as Relações Sociais de Produção do Espaço Urbano	16
3.4 David Harvey: o Capital e o Urbano enquanto Compressão Espaço-Temporal.....	20
4 – OS RECENTES MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DESAFIOS DA QUESTÃO URBANA BRASILEIRA: breve análise a luz dos teóricos neomarxistas	23
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

A DINÂMICA CAPITALISTA E A QUESTÃO URBANA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DE DIFERENTES ABORDAGENS NEOMARXISTAS¹

Priscilla Maria Costa da Silva²
Vivian Camila Lobato de Souza³
José Raimundo Trindade⁴
Gilberto Souza Marques⁵

RESUMO

Este trabalho buscou fazer uma concisa exposição das principais teorias neomarxistas sobre a questão urbana, centrado na análise sintética da produção teórica de quatro dos principais autores marxistas contemporâneos: Henri Lefebvre, Manoel Castells, Jean Lojkine e David Harvey. Vale reforçar que a apreensão da análise e teorias neomarxistas do espaço urbano capitalista nos permite compreender a atual centralidade dos movimentos sociais urbanos, não somente no Brasil. Como hipótese, temos que os movimentos sociais urbanos não são fixos no decorrer do tempo, mas se adaptam conforme as dinâmicas e realidades contemporâneas, sendo que as teorias de análise do urbano podem colaborar com essas forças sociais no processo de democratização e “do direito à cidade como riqueza social em contraposição a sua mercantilização”.

Palavras-chaves: Urbanização, Marxismo, Movimentos Sociais Urbanos.

¹ Este artigo resultou da disciplina Economia Política. Elaborado pelas duas primeiras autoras como parte da avaliação da mesma, alterado a partir de modificações inseridas pelos professores.

² Discente do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

³ Discente do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

⁵ Docente do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo enquanto sistema dinâmico de acumulação da riqueza produzido socialmente e apropriado segundo mecanismos privados de mercado, desde sempre requereu uma dimensão concentradora da população e das condições de reprodução social humanas. Nas últimas décadas do século passado e nestes anos iniciais do século XXI, há expressivo fortalecimento das concentrações urbanas enquanto espaço de comando e atuação dessas relações mercantis, porém submetidos a fortes movimentos de contraposição econômicas e sociais.

No caso brasileiro quase 39 milhões de pessoas migraram do mundo rural e se transformaram em trabalhadores urbanos submetidos a condições precárias entre 1950 e 1970. Na década de 1970 a população urbana representava 55,9% do contingente populacional brasileiro. Já em 2010, são aproximadamente 160 milhões de pessoas vivendo nas cidades, ou seja, 84,4% da população total do país. De 1980 até 2010, as cidades expandiram seu contingente populacional em quase 71 milhões de habitantes (OLIVEIRA e TRINDADE, 2013, p. 12-13). O processo de urbanização no Brasil se deu de forma mais acelerada se comparado com os países capitalistas mais avançados, “na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%, ou seja, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de habitantes foram acrescentados à população urbana” (BRITO, 2006, p. 223).

Os referenciais teóricos de análise do espaço urbano ao longo do tempo vão sendo redefinidos, adaptados e recriados frente a uma realidade mutante, em que “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” (Marx e Engels, 2010, p. 43). Este trabalho buscará fazer uma concisa exposição das principais teorias neomarxistas sobre a questão urbana, centrado na análise sintética da produção teórica de quatro dos principais autores marxistas contemporâneos: Henri Lefebvre, Manoel Castells, Jean Lojkine e David Harvey. Vale reforçar que a apreensão da análise e teorias neomarxistas do espaço urbano capitalista nos permite compreender a atual centralidade dos movimentos sociais urbanos, não somente no

Brasil⁶. Como hipótese, temos que os movimentos sociais urbanos não são fixos no decorrer do tempo, mas se adaptam conforme as dinâmicas e realidades contemporâneas, sendo que as teorias de análise do urbano podem colaborar com essas forças sociais no processo de democratização e “do direito à cidade como riqueza social em contraposição a sua mercantilização” (RIBEIRO e JUNIOR, 2011, p. 4).

Desse modo, esse trabalho se justifica por três aspectos centrais: i) o debate da urbanidade e do conflito social pelo controle da cidade se recrudescer nos últimos anos; ii) a análise do espaço citadino enquanto “locus” da acumulação capitalista se reforçou a partir da polarização entre o local e o global; iii) a crise da dinâmica de reprodução capitalista se manifesta muito especificamente nos setores vinculados a indústria imobiliária, como se atestou no “crash” de 2008, referente a crise “subprime”.

O artigo está dividido em quatro tópicos além deste introito, o primeiro apresenta uma discussão inicial sobre a dinâmica urbana e a lógica de acumulação capitalista, o segundo contém uma síntese da produção teórica acerca do urbano pelos autores neomarxistas citados acima, expondo suas principais categorias de análise e o modo como cada um compreende o espaço urbano no mundo capitalista. O terceiro tópico relaciona a análise das teorias sobre a questão urbana em foco com a dinâmica dos movimentos sociais urbanos, enfatizando as recentes manifestações ocorridas no Brasil. Por fim, faz-se as considerações finais.

⁶ As manifestações de junho de 2013 tiveram como centro de suas preocupações o transporte público urbano e a precariedade das políticas públicas, em torno do eixo “passe livre” e “hospitais padrão FIFA”. Para detalhado acompanhamento e diferentes análise das referidas manifestações consultar: Carta Maior (<http://goo.gl/qMn231>) e Le Monde Diplomatique Brasil (<http://goo.gl/3XXWaW>), entre outros sítios.

2- A Dinâmica Urbana Contemporânea e as Crises Capitalistas

Toda a produção teórica sobre a questão urbana que servia de referência para o mundo se concentrou até meados dos anos 1960 na chamada Escola de Chicago. No entanto, as teorias sociais ligadas à corrente hegemônica da modernização capitalista passaram a ser contestadas pelo surgimento de uma revolução cultural e ascensão de inúmeros movimentos sociais e culturais ao redor do mundo (povos libertos das antigas colônias, grupos étnicos, religiosos, sexuais, etc.) que se organizaram em manifestações políticas nas principais cidades globais no final da referida década.

A partir da década de 1970, fica evidente a incapacidade do fordismo e keynesianismo⁷ de conterem as contradições inerentes ao capitalismo. A queda no nível de investimento, afetando a receita fiscal e o aumento do desemprego, sobrecarregando o Estado-Providência, convergia para o esgotamento do padrão de crescimento capitalista do pós-guerra. A crise que se iniciara na produção estende-se velozmente durante as décadas de 1970 a 1980 para a demanda, na medida em que a reorganização produtiva das empresas nos países centrais buscou recompor suas margens de lucro, pressionando no sentido de uma compressão dos salários reais e estimulando a precariedade do emprego; subcontratação e deslocamento de unidades fabris. A crise desde então passa a ser também uma crise de realização, com a redução da massa de salários e o desmonte da rede de segurança constituída pelos auxílios desemprego e programas sociais.

O aprofundamento da crise capitalista aprofunda as deficiências fiscais do Estado, algo que se generaliza nos principais centros capitalistas e que produz em meados dos anos 1970 a falência de importantes cidades globais, entre essas Nova York⁸. Com todos esses acontecimentos, “a cidade da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento começou a ser vista como a cidade do capital” (MONTE-MÒR, 2006), processo esse que se

⁷ Denominamos aqui de *keynesianismo* aos pressupostos teóricos gerais desenvolvidos por J.M.Keynes e a particular forma de aplicação teórica e prática daí resultante, especificamente seguindo o entendimento analítico de Lipietz (1988) e Boyer (2009).

⁸ Harvey (2008, p. 54-55) lembra que a “crise fiscal da cidade de Nova York foi um caso paradigmático”, isso porque a falência da principal cidade estadunidense desencadeou tanto uma crise urbana de enormes proporções (desemprego, empobrecimento e suburbanização), quanto a reestruturação do sistema de políticas públicas, impondo a privatização dos serviços públicos e o desmonte do estado de direito. Segundo Harvey: “foi equivalente a um golpe das instituições financeiras contra o governo democraticamente eleito da cidade de Nova York, e tão eficaz quanto o golpe militar que ocorrera antes no Chile”.

aprofundaria nas décadas seguintes, estabelecendo-se uma crescente mercantilização das cidades, no limite da espoliação urbana.

Esse caldo de efervescência econômica e social estimula o desenvolvimento de um conjunto de estudos críticos em relação à cidade, baseados na economia política marxista, produzindo um novo e expressivo conhecimento com relação à questão urbana. Essa renovação ou reviravolta na produção teórica urbana ficou conhecida como a “nova sociologia urbana”, por contrapor-se à produção teórica urbana da escola de Chicago. Esses novos estudos trouxeram à tona ou optaram por discutir um problema que a Escola de Chicago se recusava a tratar: como se manifestam os problemas de segregação socioespacial impulsionados pela lógica interna do capital?

Essa “nova sociologia urbana” nasceu no meio acadêmico com o advento da Escola Marxista Francesa. Assim, foi em solo francês, mais precisamente a partir do filósofo Henri Lefebvre, que nasceram as primeiras críticas às concepções derivadas da Escola de Chicago. Dentre os vários autores neomarxistas dessa nova escola de pensamento, que se debruçaram sobre a análise do espaço urbano, vale destacar o, já citado, Henri Lefebvre, Manoel Castells, Jean Lojkin e David Harvey. Ressalte-se que este último não faz parte da Escola Francesa, no entanto, contribuiu bastante tanto para a discussão teórica na “nova sociologia urbana”, quanto para o desenvolvimento do arcabouço teórico neomarxista.

Destaca-se que os autores estudados discutem um ponto ao qual Marx não desenvolveu pontualmente nas suas obras: a relação entre o espaço construído e ocupado pelo capital e as condições de reprodução social da cidade enquanto aglomerado urbano moderno⁹. De acordo com Harvey (1988, p. 163), os escritos de Marx em relação à questão do espaço são fragmentários e desenvolvidos de forma não conclusivas. Na sua “teoria geral”¹⁰ ele faz referência a necessidade de expansão geográfica do capital, mas não define

⁹ Vale observar que Engels tinha grande preocupação com a análise das questões urbanas e buscou tratar, principalmente, das condições sociais de reprodução da classe trabalhadora frente a dinâmica de expansão da acumulação no setor imobiliário e o impacto sobre a precariedade habitacional da população trabalhadora europeia de meados do século XIX. Duas obras vale destaque: “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845) e “Contribuição ao problema da Habitação” (1872). Conferir Marx e Engels (1990).

¹⁰ Harvey (2005, 2013b) utiliza o termo “teoria geral” de Marx para designar centralmente as formulações estruturadas inicialmente nos “Grundrisse” e posteriormente desenvolvidas em O Capital. Não há aqui presente a mesma significação que os autores burgueses, especialmente Keynes (1990) atribui a sua teoria de “um modelo” global de explicação, e sim um conjunto de formulações que tratam das condições sistêmicas de

os elementos teóricos totais que integrariam o espaço geográfico ao tempo econômico capitalista. Harvey (2005, 2013a, 2013b), porém observa que uma análise mais profunda das obras de Marx mostram que ele sabia que havia uma relação direta entre a teoria da acumulação e a geografia do espaço, originando tipos específicos de estruturas geográficas.

Ao longo do tempo, as mudanças em curso nas grandes cidades refletem as transformações que ocorrem tanto no processo produtivo capitalista, quanto nos arranjos reprodutivos espaciais que processam, tais como investimentos em infraestrutura físicas e sociais, urbanização, padrões de deslocamento ou mobilidade urbana, etc. Portanto, pode-se afirmar que a paisagem urbana é, até certa medida, uma expressão, até mesmo funcional, da sociedade em que está inserida. Ou seja, o espaço urbano é parcialmente organizado e estruturado com vistas a facilitar a dinâmica capitalista de produção¹¹.

Nesse sentido, a paisagem urbana reflete, mesmo que parcialmente, a divisão social do trabalho existente no mundo capitalista. Portanto, a cidade é uma expressão das relações sociais existentes na sociedade capitalista, estruturando-se em grande parte com vistas a dinamização das relações capitalistas de produção e, ao mesmo tempo, refletindo contradições sociais, tais como a clara segmentação do espaço urbano entre áreas ocupadas por faixas populacionais de diferentes níveis de rendas, isso em conformidade ao acesso de melhores ou piores padrões de infraestrutura urbana¹². Entretanto, a dinâmica urbana é bem mais complexa, além de que a organização do espaço urbano de acordo com a lógica produtiva industrial cria uma variedade de conflitos socioespaciais, sejam decorrentes da segregação e desigualdades inerentes do capitalismo, seja pela justaposição no espaço urbano das diversas classes, etnias, credos e culturas, que estabelecem laços e interações que vão além do aspecto econômico ou da hegemonia social da burguesia.

desenvolvimento da acumulação de capital, uma dialética entre tempo e espaço profundamente condicionada pela lógica da rentabilidade do capital.

¹¹ Vale observar que há casos limites, de total subordinação da cidade ao processo reprodutivo capitalista, quando ela é planejada e dotada de estruturas de modo a atender especificamente o ciclo de reprodução do capital, tornando-se a cidade uma espécie de extensão das fábricas, como por exemplo, as “company towns” na Amazônia, os exemplos de “company towns” são inúmeros, vale aqui citar dois estudos interessantes, ambos de Lopes (1978, 1988).

¹² Trindade (1996) analisa os padrões de expansão urbana brasileira centrado no caso de Belém, demonstrando que as relações sociais e econômicas produzem um padrão de “expansão periférica” das cidades nacionais.

3 – Uma primeira aproximação a complexidade urbana capitalista a partir de autores Neomarxistas

3.1 Lefebvre e a Dialética do Espaço Urbano

Lefebvre foi um dos pioneiros em articular as variáveis tempo/espaço¹³, em relação à urbanização. O autor em tela passa a ter um olhar diferenciado para essa questão quando das grandes mudanças no espaço urbano das cidades francesas, inclusive Paris, na década de 1960, quando ocorre um intenso processo de urbanização e suburbanização (formação de periferias) das cidades.

Para Lefebvre o espaço vai além de um reflexo das relações sociais de produção e a urbanização, enquanto processo de difusão do urbano, que se ampliava e generalizava-se em escala mundial - deveria ser entendida como forma de revelar/mostrar as relações sociais ao mesmo tempo em que se atua sobre elas (LEFEBVRE, 1972). O significado dos termos urbano e urbanização para esse autor não se resumiam apenas às cidades. Para ele urbanização seria uma síntese dos processos sociais e espaciais que proporcionam ao sistema capitalista de produção a reprodução de suas relações econômicas fundamentais, sendo que a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e contraditório (LEFEBVRE, 1991). Dessa forma, é neste espaço conflitante que se configura a reprodução das relações de produção. Esse mesmo espaço que produz as relações de produção insere nela diversas contradições, vindas ou não do tempo histórico (LEFEBVRE, 1973).

Deste modo, o espaço transformado social e economicamente atua não somente modificando, mas condicionando e regulando as relações sociais de produção. Portanto, o espaço constitui uma arena orgânica não somente do processo de produção das coisas e de seu consumo, mas abrange também a reprodução das relações sociais e das próprias relações de domínio de classe, inclusive sob os aspectos ideológicos e culturais

¹³ Marx (1987b, p. 159-366) tratou no Livro 2 de O capital dos diversos mecanismos de “aniquilação do espaço pelo tempo”, especificamente de como os chamados ciclos rotacionais do capital podem ser acelerados, o que se faz reduzindo os “tempos de produção e circulação”, aumentando a velocidade rotacional do capital. Esses mecanismos incluem desde o moderno sistema de crédito, até a geografia de expansão territorial da acumulação, conferir para uma rica discussão Harvey (2013b, p. 523-556) e Mandel (1983, p. 367-392).

(LEFEBVRE, 1976). Segundo Lefebvre relacionar o espaço geral e espaço urbano apenas à produção, implica dizer que a reprodução dos meios de produção está relacionada à força de trabalho e nesse caso seria adequada a uma análise do capitalismo competitivo do século XIX, não cabendo relacioná-la ao capitalismo contemporâneo. Por outro lado, desde então as condições gerais se transformaram, e hoje o sistema capitalista deve garantir sempre além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção, realizada por meio da totalidade do espaço, na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, passados por diferentes tempos históricos simultaneamente. Assim, nas mudanças do capitalismo estariam ligadas a um conflito simultâneo entre a questão espacial e social, numa dialética horizontal e vertical, sem se poder aceitar a priorização ou determinação de uma sobre a outra.

Henri Lefebvre escreveu várias obras acerca da questão urbana, para isso dedicou-se ao estudo mais profundo da obra de Marx enfatizando a questão urbana (tempo e espaço). O principal objetivo era de reconhecer a força da teoria marxista para a interpretação da sociedade moderna, além disso, queria questionar as proposições de autores que criticavam a teoria de Marx, colocando-a com uma teoria acabada e atemporal (no sentido de que essa teoria não pode ser aplicada na sociedade moderna). O autor toma como base a dialética de Marx que repara para o núcleo explicativo do método, isto é, a concepção da realidade depende da práxis do concreto. Segundo Marx (2003), a investigação teórica apreende o real, e só depois de concluído esse primeiro movimento do pensamento é que se consegue descrever a essência do objeto de análise, ou seja, deve-se partir do trajeto real, concreto e ao longo do movimento do pensamento a essência do objeto vai aparecendo.

Em relação a essa questão Lefebvre parte do princípio que as representações mentais são virtualidades que refletem a vida e encobrem a realidade concreta, dessa forma, o autor conclui que o pensamento, encaminha-se em direção ao possível, aproximando-se a utopia, porém levando em consideração o real/concreto.

Marx parte da análise da relação homem versus natureza, tendo a natureza como um meio de subsistência do homem, com as transformações que o sistema capitalista de produção impõe uma nova variável é inserida nesse sistema definida como forças produtivas que acabaram por se desenvolver além do necessário imediato. Dessa forma, a

natureza que antes tinha ou desempenhava um papel, agora submete o homem às limitações e padronizações a partir de uma natureza definida. As relações capitalistas supõe uma “segunda natureza”, plenamente acomodada (subordinada) ao fetichismo mercantil, adequada aos condicionantes da exploração da força de trabalho. Nesse sentido, o homem passa a atuar sobre a natureza não com o objetivo de atender suas necessidades imediatas, e sim para atender os princípios “crematísticos” do capitalismo¹⁴. Vale destacar que essas relações não são uniformes nem no tempo e nem no espaço, pois depende da realidade.

Lefebvre, levando em conta a dialética de Marx, criou uma maneira de investigar especificamente a realidade social, no qual denominou de método “regressivo-progressivo”, que trabalha três momentos distintos: a descrição do visível, a análise regressiva e a progressão genética. A primeira faz um comentário inicial em relação à complexidade das diversidades espaciais das relações sociais, trata-se de uma maneira de obter informações sobre a diversidade socioespacial do objeto de estudo. Já a segunda trabalha na identificação do tempo de cada relação social, dividindo-se em espacialidades e temporalidades desencontradas e coexistentes. A progressão – genética, se refere a um presente elucidado, compreendido e explicado. Daí Lefebvre (1995) concluir que as contradições sociais não provêm apenas das relações entre classes, mas de desencontros entre temporalidades e espacialidades, solidificando cada prática social diferente como uma possibilidade de negação do real, o que torna ao espaço urbano uma construção complexa, envolvendo tanto as contradições próprias das relações de reprodução capitalistas, mas além estabelecendo outras dimensionalidades de conflitos (culturais, étnicos, de gênero etc.) que se justapõem aos conflitos de classe e interagem multidimensionalmente.

¹⁴ Marx (1987, p.172) pondera que nunca *se deve considerar o valor-de-uso o objetivo imediato capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros*. Esse autor retorna a Aristóteles para determinar o real limite da acumulação capitalista e resgata do grande filósofo grego a distinção entre economia e crematística. A crematística distingue-se da economia, por “ser a circulação para ela a fonte da riqueza. E ela parece girar em torno do dinheiro, pois o dinheiro é o princípio e o fim dessa espécie de permuta. Por isso não há limites à riqueza que a crematística procura atingir” (Aristóteles apud Marx, 1987:172).

3.2 Manoel Castells e o Estruturalismo Urbano

Castells¹⁵ (1983, p. VI-X) definiu a especificidade dos seus estudos sobre a problemática urbana com base nos “processos” e nas “unidades de reprodução socializada da força de trabalho” que identificam a questão urbana nas sociedades capitalistas a partir de três elementos principais: “as formas espaciais, o processo de reprodução da força de trabalho e sua articulação com a ideologia do urbano”. Sua abordagem estruturalista¹⁶ do fenômeno urbano no capitalismo discutiu a articulação entre as dimensões econômicas, políticas e ideológicas. O método empregado por este autor pode ser analisado como de “aproximações sucessivas” e se caracterizava pela formulação de análises parciais da realidade urbana para, em seguida, voltar à teoria no mesmo momento em que se obtêm informações sobre a organização em questão numa sociedade determinada (Souza, 2005).

O ponto central da teoria deste autor, como já exposto, é a definição do espaço urbano como o lócus privilegiado da reprodução social da força de trabalho, considerando que a reprodução da força de trabalho constitui componente central da acumulação de capital e que a forma renda-salário mobiliza parte da reprodução departamental capitalista¹⁷, sendo que a cidade ao se constituir no espaço principal das relações extra-fabris, portanto da vida cotidiana dos indivíduos, o conflito central se desloca para os embates sociais que garantam qualidade de vida e melhoria nas condições de reprodução social, assim, “o conflito central não é mais entre capital e trabalho, mas entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (em sua ideologia planificadora), na definição do patamar de reprodução social da força de trabalho (...)” (ARANTES, 2009, p. 107).

Este teórico neomarxista contribuiu com o conceito de meios de consumo coletivo, argumentando que caberia ao espaço urbano, no capitalismo, a tarefa principal de

¹⁵ Apesar de fazer parte da Escola Marxista Francesa, Manoel Castells nasceu na Espanha em 1942, emigrou para a França aos 20 anos. Doutorou-se em Sociologia pela Universidade de Paris. Chegou a lançar diversas obras que tratam sobre a temática urbana, mas sua obra mais expressiva é *A questão urbana* de 1972, que ganhou a primeira edição em língua portuguesa no Brasil em 1983. Com relação a esta obra, Arantes (2009) afirma que Castells tem a pretensão de estabelecer uma contribuição pioneira para uma teoria marxista e científica da urbanização.

¹⁶ O estruturalismo é compreendido como um método de investigação, sendo que sua característica fundamental é “tomar como seu objeto de investigação um ‘sistema’, isto é as relações recíprocas entre um conjunto de fatos e não fatos examinados isoladamente” (BOTTOMORE, 1988, p. 140-141).

¹⁷ Marx (1987b) desenvolve a análise das relações econômicas no capitalismo a partir de um modelo simplificado no qual a economia é dividida em dois setores ou departamentos: o departamento 1 (DI) é responsável pela produção dos bens de uso capital e o departamento 2 (DII) produz os bens de uso consumo, seja de trabalhadores, seja para capitalistas.

reproduzir coletivamente a força de trabalho, sendo assim o espaço privilegiado dos meios de consumo coletivos, necessários para o consumo individual. Acerca do que seria e de como se realizam economicamente esses meios de consumo coletivo. A cidade constitui o espaço do consumo coletivo, do uso e da vida cotidiana, sendo o Estado e suas políticas públicas o seu vetor de realização (CASTELLS, 1983; ARANTES, 2009, p. 108).

O Estado, enquanto ente de controle social tem como uma das suas principais funções regular socialmente a reprodução da principal mercadoria capitalista: a força de trabalho, nesta percepção as condições coletivas ou públicas para manutenção do trabalhador estão a cargo do poder estatal. Mas, ao conceber o urbano predominantemente como o lugar da reprodução social e não da produção, Castells (1983) descreve a cidade como mero ambiente de reprodução da força de trabalho, objeto de serviços públicos (habitação, transporte, saneamento etc.) e das ações estatais de integração e repressão, sem apresentar nenhuma interpretação significativa no sentido de compreendê-la como processo e produto, ou seja, como forma da própria dinâmica de acumulação do capital (ARANTES, 2009).

A ênfase à esfera do consumo leva o autor a concentra-se na política urbana do consumo coletivo, e também, na mobilização dos movimentos sociais urbanos com vistas a qualificação dos chamados “bens de consumo coletivos”, o que pode ser compreendido como um importante fator de estímulo a politização da intervenção estatal, tornando as políticas públicas alvo central das disputas sociais. Assim, chegou a teorizar e atuar nos movimentos sociais urbanos que proliferavam nas cidades ainda na década de 1970, e também chegou a dedicar-se ao tema da politização do espaço de forma mais ampla, abrangendo diversos movimentos de cidadania que se articulavam a partir da questão da reprodução, urbana e ambiental.

Enfim, Castells chegou a observar a necessidade da superação da dicotomia entre o rural e o urbano por uma diversidade descontínua de formas espaciais e por uma pluralidade diferenciada de unidades de reprodução da força de trabalho. Em vista disso, apreende-se “sua identificação com o urbano enquanto local de reprodução da força de trabalho, por relacionar e identificar o modo de vida a uma instância cultural e não ao

quadro e condição de vida dos trabalhadores, definidos por sua inserção no processo produtivo” (LIMONAD, 1999, p. 77).

Por outro ao delimitar a cidade como espaço exclusivo de consumo coletivo de serviços estatais, acaba por não avaliar as questões relativas ao consumo e a cultura de massas, como parte vital da sociedade administrada. Para ele, a ideologia urbana no capitalismo é entendida imediatamente como manifestação do Estado planejador, e não da sociedade de consumo, de sua indústria cultural e do espetáculo urbano com seus edifícios monumentais e espaços do poder e do dinheiro (ARANTES, 2009, P. 109).

Vale denotar que Castells foi grande estimulador da teoria crítica da urbanização produzida por intelectuais marxistas da periferia do capitalismo, na segunda metade da década de 1970, principalmente analisando a complexa urbanização latino-americana, inclusive brasileira. Limonad (1999) afirma que o espaço enquanto categoria de análise acabou por ser incorporado, ainda que parcialmente por Castells, para o qual “o espaço não é um ‘reflexo da sociedade’, ele é a sociedade”; e a ação social sobre o espaço “será exercida numa forma espacial já herdada, produto da história anterior e sustentáculo de novos interesses, projetos e sonhos” (CASTELLS, 1983, p. XX)¹⁸.

3.3 Jean Lojkin e as Relações Sociais de Produção do Espaço Urbano

O filósofo Jean Lojkin tem como sua expoente obra sobre a questão urbana, sua própria tese de doutorado, publicada em 1977. A edição brasileira é do ano de 1981 sob o título de O Estado capitalista e a questão urbana. Este teórico, assim como Castells, também aborda a cidade capitalista submetida ao Capitalismo Monopolista de Estado¹⁹ e também, ao se apoiar no marxismo para o tratamento da cidade, considerava ser necessário aprofundar a teoria marxista inserindo a discussão da problemática urbana atual, influenciada e determinada pelas novas determinações do capital do pós-guerra.

¹⁸ Importante ressaltar que a evolução da produção teórica de Castells segue um caminho um tanto diferente de sua produção das décadas de 1960 e 1970, pois em suas obras dos anos 1990 ele se desprende de qualquer referência mais direta e rigorosa em relação às categorias originais de Marx e também abandona por completo a perspectiva da luta de classes na contemporaneidade.

¹⁹ Para diversos autores marxistas o Capitalismo Monopolista de Estado constitui a etapa presente do capitalismo, quando empresas monopolistas, controlada por sociedades anônimas gigantes, caracterizadas pelo controle da administração central e a independência financeira, mantém integrada relação com o Estado capitalista, conferir, entre outros, Baran e Sweezy (1974).

Limonad (1999) afirma que Lojkine define “o urbano enquanto o lugar da produção e da circulação necessário para a reprodução das relações sociais de produção onde interviriam diversos agentes, em particular o Estado”. Para ele, as formas de urbanização são formas de divisão social (e territorial) do trabalho, que obedecem aos ditames do progresso técnico e às leis de acumulação do capital. E considera que o Estado realiza intervenções para garantir a reprodução do capital investindo nas áreas que interessam aos capitalistas, se constituindo no principal responsável pela distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos.

Lojkine (1981, 1999) propõe um Estado ampliado, ao mesmo tempo agente de coerção e de realização de consenso na ocupação do espaço urbano, considerando a política urbana como elemento essencial e constitutivo da reprodução do capital na sua fase monopolista. Ele entende o Estado como expressão, simultânea, da tensão política, no sentido de prover o atendimento das necessidades de reprodução ampliada do capital, mas, sem com isso, deixar de refletir na materialidade espacial da cidade as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social. Ele se embasou bastante em O capital, usando categorias-chave e/ou conceitos de Marx para desenvolver sua análise sobre o urbano. Como exemplo de alguns dos conceitos marxistas utilizados por ele pode-se citar: reprodução social do capital, processo imediato de produção e reprodução ampliada das classes sociais.

Ao considerar a urbanização como elemento-chave das relações de produção, sustenta a tese que as formas contraditórias do desenvolvimento urbano, do modo como são refletidas e acentuadas pela política estatal, são justamente a revelação do caráter ultrapassado do modo de produção capitalista. Conforme o próprio Lojkine (1981, p. 122): “as formas contraditórias do desenvolvimento urbano (...), são justamente a revelação do caráter ultrapassado da maneira capitalista de medir a rentabilidade social através apenas da acumulação do trabalho morto”.

O principal conceito retomado ou resgatado de Marx em sua análise do urbano foi o de *condições gerais da produção*. Souza (2005) afirma que este conceito é operado por Lojkine para pensar o processo de reprodução ampliada do capital e tendo em vista a análise das dinâmicas associadas aos meios de comunicação e transporte. De modo bem

simples, pode-se dizer que este conceito marxista se refere àquelas infraestruturas e serviços que garantem a atividade produtiva no ambiente urbano. De acordo com Linhares et al. (2006), Lojkine não somente resgatou, mas também ampliou este conceito para se referir aos valores de uso complexo exigidos pelo capital e pelo trabalho em suas versões contemporâneas fordistas. Dessa maneira, se inscreveu no debate das contradições da urbanização capitalista no contexto do Capitalismo Monopolista de Estado.

A hipótese básica trabalhada por Lojkine (1981, p.121) era de que as diferentes “formas de urbanização são antes de tudo formas da divisão social (e territorial do trabalho”. Essa hipótese faz uma clara inflexão crítica em relação a percepção de Castells, especialmente a noção do espaço urbano como mero espaço de consumo ou reprodução da força de trabalho. Neste sentido, sua análise vai no sentido de reintegrar, a exemplo de Lefevre, a dinâmica de acumulação com os mecanismos de reprodução ou existência social.

Lojkine não se restringe à esfera do consumo, embora o considere indispensável à reprodução mais ampla do capital, mas engloba também a esfera da produção em sua definição do urbano sendo que os equipamentos coletivos são necessários não somente à reprodução da força de trabalho, mas também à reprodução do capital mais amplamente. Vale denotar que para aquele autor o perímetro urbano é resultado de uma cooperação para cumprir a escala mínima necessária ao provimento das Condições Gerais de Produção (CGP), e, portanto, diminuir custos de capital. Assim, o fato de o valor de uso de todos os elementos componentes das CGP ser coletivo é o que os diferem dos meios de consumo individuais, pois não se dirigem a uma necessidade particular de um indivíduo, mas a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente (LOJKINE, 1983, p.124-125).

Aspecto central e que constitui ponto importante para as questões que levantaremos na seção 3 deste artigo, refere-se ao entendimento de que a “produção dos meios de consumo coletivos como a escola e o hospital – pouco importa, no caso, que sejam privados ou públicos – oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em compra de força de trabalho e de meios de trabalho” (LOJKINE, 1983, p. 129). Esse entendimento implica que as condições do Estado previdenciário são próprias e “indispensáveis” para “transformar o resto do capital variável em salário”, condição “sine qua non” para a acumulação de capital.

Souza (2005) considera que a crítica marxista (produzida tanto por Castells quanto por Lojkine) sobre as múltiplas expressões da problemática urbana, procurou demonstrar que nem o espaço, nem as organizações e nem os agentes estariam isentos da disputa econômica, política e ideológica da luta de classes, não podendo se desprender de forma autônoma, da lógica estrutural do capital. Eles destacam a questão da distribuição desigual dos equipamentos de consumo coletivo e dos serviços públicos como um dos elementos-chave para a releitura econômico-social da cidade como estratégia contra-ideológica para explicitar o caráter de luta de classes das cidades, das políticas urbanas e do Estado, entendendo-os como determinações advindas da dinâmica do capital, aspecto de grande relevância para se entender as atuais manifestações urbanas e contradições sociais no Brasil

A cidade é para esses autores (Castells e Lojkine), entendida como forma de agregação humana no espaço da urbanidade que, em última instância, é a condição social mais compatível com as exigências do capital avançado. A urbanidade é apresentada não mais como objeto do planejamento ou como ambiente passivo da coleta de dados empíricos, mas como condição social indispensável à reprodução ampliada do Capitalismo Monopolista de Estado. Desse modo, pela originalidade da Escola Marxista Francesa, a urbanidade passa a ser pensada a partir das lutas sociais e do papel do Estado na produção e distribuição desses equipamentos e serviços (SOUZA, 2005).

A cidade se constituiu como amalgama de diferentes forças em conflito e interação: a dinâmica de acumulação do capital produz e reproduz suas próprias formas espaciais, desde a segregação habitacional, até a estruturação do perfil urbano de acordo com as condições gerais de produção; por outro, os mais diversos movimentos de luta social estabelecem limites e padrões contra o capital; o Estado e sua ação planejada interagem com uma e outra força, em alguns casos cedendo à capacidade mobilizadora dos movimentos sociais, em grande medida servindo aos diversos interesses da acumulação de capital. O que é central nas inventivas teóricas dos autores em análise é que os mesmos colocaram o desafio de pensar o urbano na perspectiva da luta de classes, transfigurada na presente modernidade na forma de conflitos sociais que exigem a democratização das cidades e o acesso aos equipamentos de consumo coletivo e não somente uma cidade funcional aos interesses da acumulação de capital.

3.4 David Harvey: o Capital e o Urbano enquanto Compressão Espaço-Temporal

Harvey (1980, 2005, 2013b) desenvolve uma rica análise e teoriza sobre o espaço do capital, convergindo e aprofundando elementos teóricos estabelecidos enquanto “insights” por Marx ao longo dos três tomos de “O capital”. Vale destacar que o autor teoriza acerca da conflitualidade do uso do solo urbano a partir de dois escopos teóricos marxistas centrais: i) a teoria da renda da terra (absoluta e diferencial)²⁰ e; ii) os ciclos e o movimento rotacional do capital²¹. Na análise desenvolvida em sua principal obra (“Os limites do Capital”) este autor observa que aqueles dois aspectos assentados por Marx integram parte de uma “dialética de espaço-temporalidade” (HARVEY, 2013b, p. 23). Assim tanto a “fixidez espacial” imposto pela propriedade privada da terra e que impõe a renda absoluta da terra, inclusive e principalmente no meio urbano, quanto o conjunto de mecanismos que buscam acelerar a acumulação de capital (tecnologias de transporte, sistema de crédito, internet), atuam produzindo uma “compressão espaço-temporal”, ou seja, o “esgotamento do espaço pelo tempo” (HARVEY, 1993, 2013b).

A terra como uma mercadoria “sui generis” supõe, como enfatiza Marx (1987c), a compreensão da sua especificidade, especialmente enquanto barreira natural a expansão da acumulação capitalista, o que condiciona as relações de poder econômico e social no espaço. O controle sobre o espaço urbano pode criar lucro suplementar, que são embolsados pelo proprietário sob a forma de renda (da terra). Uma variável importante é a localização relativa que pode auferir vantagem ao proprietário (HARVEY, 1980:154).

²⁰ Marx (1987c) especificou quatro modalidades de renda da terra: a renda absoluta decorre das chamadas barreiras não-econômicas, como a propriedade privada do solo, que impede a mobilidade do capital, em que a liberação do solo somente se faz mediante ao pagamento de um “Imposto de entrada”, a renda. A renda de monopólio tem relação com as características do terreno (ex.: localização, valor simbólico etc.). Esta renda confere ao proprietário o poder de cobrar preços de monopólio, ela é determinada pelas necessidades e pelo poder de compra. A diferencial deve-se às características locacionais do próprio terreno que geram sobrelucro, e existe sob duas formas: diferencial 1 - o sobrelucro ao ser apropriado pelo proprietário do solo; diferencial 2 - lucro suplementar e que tem correlação com a renda de monopólio, pois pode ser obtido por regulamentações do setor público (GONZALES, 1985; HARVEY, 2013b).

²¹ Marx (XX, p.XX) trata o capital enquanto processo de reprodução econômica que se desenvolve conforme padrões de ciclos integrados temporalmente, formalmente sob três movimentos interdependentes: i) o “Ciclo do Capital-Dinheiro”: ...D -M (Ft, Mp)...P...M' (M + dM)—D'(D+d)...; ii) o “Ciclo do Capital Produtivo”: ...P...M'-D'-M...P'... (P'>P) e; iii) o “Ciclo do Capital-Mercadorias”: ...M'-D'-M...P...M'... (M'>M). O capital global da sociedade não se movimenta apenas como ciclo do capital-dinheiro ou do capital-produtivo ou do capital-mercadorias, mas como uma unidade complexa (dialética) dos três ciclos.

Diversos agentes atuam no espaço urbano como: usuário, usuários proprietários, corretores de imóveis, proprietário, instituições financeiras, instituições governamentais, movimentos sociais diversos. Esses atores acionam e operam os valores de uso (satisfazer a necessidade esta relacionada ao grau de utilidade da mercadoria) e troca (objetivo é a obtenção de lucro) da mercadoria solo urbano. Vale observar que a ação do Estado, na construção de infraestruturas físicas e sociais, como moradias, alocação de serviços, facilidades e vias de acesso, possibilita tanto a reprodução lógica e histórica do capital, como também as condições de reprodução social geral, o que inclui, a exemplo do que tratava Castells, a reprodução da força de trabalho. Por outro, a dinâmica de reprodução do capital requer, também, a ação de um conjunto de instituições privadas, sejam empresas de incorporação imobiliária, sejam instituições financeiras ou indústria da construção que integram e tratam o uso do solo urbano como partes da valorização do seu próprio capital.

O crescimento e o desenvolvimento das cidades acarretou uma reorganização na localização e distribuição das atividades no sistema urbano. Essas mudanças seriam responsáveis pela elaboração de uma variedade de formas de redistribuição de renda. Dentre as mudanças nas formas espaciais das cidades, a transferência na localização da atividade econômica significou mais oportunidades de empregos nas cidades. A mudança na localização da atividade residencial representou uma mudança na localização de oportunidades de moradia. Tanto uma quanto a outra mudaram as formas de redistribuição de renda na cidade. Ainda deve-se relacionar a questão dos gastos com transporte que, por sua vez, afetaram em grande escala, os custos de acesso às oportunidades de emprego a partir da localização da moradia (Harvey, 1980, 2005).

Em sua principal obra sobre a dialética urbana Harvey (1980), destaca também a questão do processo de suburbanização que é a criação de grandes centros e de subúrbios, onde ocorre uma redistribuição de renda dentro do espaço citadino, distribuição esta regressiva, pois em geral o rico e o relativamente bem remediado podem conseguir grandes benefícios, na medida em que podem comprar as fatias mais nobres do espaço urbano, enquanto o pobre tem somente oportunidades restritas. Harvey analisa, ainda, a interação entre o espaço urbano e o processo de produção. Inicialmente, relaciona o trabalho e o modo de viver para mostrar que o capital domina o trabalho não só no local de trabalho,

mas também no espaço de moradia, por meio da determinação da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, isto é, o conflito de classes (capital e trabalho) ultrapassa os locais de trabalho, sem que os conflitos nos locais de moradia se justapõem as lutas nos locais de trabalho, elas ocorrem simultaneamente (HARVEY, 1982).

Outro ponto levado em consideração e com base nos Grundrisse de Marx (2011), se refere à criação de novas estruturas espaciais e que estas apresentam contradições. O capital busca ultrapassar as barreiras espaciais existentes, abolindo o espaço pelo tempo. Assim, a permanente revolução tecnológica que atinge tanto os meios de produção, quanto os transportes e meios de comunicação em geral atuam como mecanismos de superação do “fix” espacial. Entretanto, a fixação de capital, representado pelos próprios meios físicos e infraestrutura urbana necessários a dinâmica de acumulação impõe novas barreiras a serem superadas. Harvey conclui que:

O capital assim chega a representar-se a si mesmo na forma de uma paisagem física criada a sua imagem, criada como valores de uso para aumentar a progressiva acumulação de capital em uma escala crescente. A paisagem geográfica que abarca o capital fixo e imóvel é simultaneamente a glória do desenvolvimento pretérito do capital e uma prisão que inibe o avanço posterior da acumulação, porque a própria construção desta paisagem é antitética da ‘destruição das barreiras espaciais’ e, enfim, inclusive da eliminação do fator espaço pelo fator tempo (HARVEY, 1978).

Como Marx (2010) antes tinha assinalado que sob as condições da dinâmica de acumulação “tudo que é sólido desmancha no ar”, do mesmo modo o espaço urbano é submetido a permanente construção e desconstrução das estruturas moveis e fixas, se impondo continuas mudanças num processo dialético e contraditório, onde a necessidade por novos espaços aumenta e isso se torna obstáculos para a criação de espaços futuros. Além disso, Harvey (1982) destaca a importância da mobilidade espacial do capital e do trabalho na formação da estrutura do território, seja pela interação entre os meios de consumo coletivo, que impõem a necessária infraestrutura econômica na forma de transporte da força de trabalho, seja pelos conflitos sociais pelo controle e democratização da cidade. Percebe-se que o fato do capital originar uma paisagem não quer dizer que o trabalho o aceite inerte, conclui-se que o trabalho pode vencer em aspectos particulares, implica dizer também que há existência apenas de uma definição de valores de uso para o trabalho, que se adapta aos interesses da acumulação. Isso mostra que a formação das

idades implica tanto na interação, quanto na relação conflituosa entre Capital, Estado e o Trabalho.

4 – OS RECENTES MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DESAFIOS DA QUESTÃO URBANA BRASILEIRA: breve análise a luz dos teóricos neomarxistas

Os movimentos sociais surgem das contradições do modo capitalista de produção, cuja base relacional central (a relação capital e trabalho) é em si mesma conflituosa, por mais que seja também necessariamente cooperativa²². Essa conflitualidade inerente ao modo de viver capitalista, extrapola as relações propriamente produtivas do capital e se impõe enquanto conflito aberto na disputa pelo espaço de vida cotidiana, seja pelas condições de reprodução social dos trabalhadores em geral, seja pelo controle, inclusive especulativo, que o capital demanda sobre o espaço urbano e sobre os meios físicos de reprodução social.

De uma maneira geral é possível abstrair, a partir dos autores tratados, que os movimentos urbanos resultam da própria problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e apropriação do espaço urbano, sendo esta problemática urbana manifestação da crise da cidade capitalista, decorrente seja da mercantilização pura e simples da cidade, seja da ação contraditória do Estado (JACOBI, 1993; GOHN, 1991).

Retornando aos autores discutidos, vale considerar como cada um deles analisa os movimentos sociais urbanos, para a partir daí construirmos a crítica aos recentes movimentos urbanos brasileiros.

Castells (1983, p. XX) define movimento social como um “sistema de práticas” que envolve um conjunto diferenciado de atores sociais, cujo ato de ação sobre a “estrutura urbana e na estrutura social”, converge para modificações substanciais na própria relação de poder do Estado. Na medida em que este autor, concebia a cidade como um espaço de realização social da força de trabalho, a ação do Estado e a gestão de políticas públicas são

²² No capitalismo, a relação capital é a de apropriação da mais-valia fundada em relações contratuais entre o capitalista (comprador da mercadoria força de trabalho) e o trabalhador (vendedor da mercadoria força de trabalho). Entre eles trava-se uma troca de equivalentes no processo de circulação de mercadorias: a força de trabalho, mercadoria que é a única propriedade do trabalhador, é comprada pelo capitalista, que oferece em troca a forma monetária salário, o preço da mercadoria força de trabalho. Essa aparente igualdade na forma do trato jurídico torna a relação salarial condição central tanto da reprodução econômica do sistema, quanto da sua configuração política.

estabelecidas como “motor” principal para ação coletiva. Segundo este autor já no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ocorre em alguns países o surgimento de três processos independentes que tenderiam a "gênese de um novo mundo". São eles: a revolução tecnológica da informação; a crise econômica tanto do capitalismo quanto do estatismo e a posterior reestruturação destes; e o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais, e outros (CASTELLS 1999; 2002; 2003) .

A configuração dos movimentos sociais analisados por ele teria um condicionante mais “humanista”. Esses movimentos ao contrário aos do modelo clássico buscavam a liberdade cultural individual, a essência do movimento está ligada ao processo cultural independente das transformações tecnológica e econômicas. Além disso, não era um movimento político, pois o objetivo não era tomar o poder. Percebe-se que o movimento social não está ligado a perspectiva revolucionária do poder, mas buscam por transformações culturais baseadas no cotidiano dos atores sociais com orientações que se contrapunham às formas tradicionais de atuação política. Entretanto, o que veio a se denominar de “vingança neoliberal” parece impor o retorno a lutas sociais clássicas mesmo nos países centrais do capitalismo (HARVEY, 2008).

Lefebvre (1973) analisa os movimentos sociais enquanto atores de disputas pela produção do espaço, pois o espaço passa a desempenhar o papel de reproduzir as relações de produção, e com isso se torna também o espaço de grandes questionamentos, não localizados, difuso, que originam o seu centro em lugares diferentes. Esses questionamentos estavam diretamente relacionados ao crescimento econômico do mundo e a ocupação do espaço por meio do Estado e pelo mercado. Dessa maneira os movimentos sociais eram um dos aspectos da questão do espaço, pois as mudanças no sistema capitalista de produção estariam relacionadas a uma luta ao mesmo tempo social e espacial.

O entendimento de Harvey acompanha parcialmente a intuição de Lefebvre quanto os movimentos sociais, ele parte da análise dos grandes centros, de que eles causam/aumentam as desigualdades existentes, assim como vão dá origem aos movimentos sociais. São nos principais centros urbanos que se definem as reivindicações e mudanças que atingem as periferias. Segundo Harvey (2013), “elas (cidades) não são túmulos, mas

arenas”. Dessa forma, é nelas que surgem os conflitos sociais. Os movimentos sociais urbanos configuram novas formas de organização social que estabelecem novos parâmetros de alteração das relações sociais de produção capitalistas. Assim, fazem-se necessárias novas e mais intensas lutas por direitos sociais, realizadas por um número maior de grupos e movimentos sociais, sem desconsiderar as lutas passadas, segundo ele “é hora de tecer redes entre os que buscam de muitas maneiras, nas cidades, construir formas de vida além dos limites do capital”.

As recentes manifestações sociais brasileiras estão claramente relacionadas a precariedade urbana e ausência de efetiva reforma urbana que democratize a cidade e estabeleça padrões de socialização radicais do acesso aos bens públicos. Não poucos estudos já sinalizaram os enormes déficits sociais de nossas cidades²³, fruto, em parte, da acelerada urbanização e periferização decorrente do padrão concentrador de renda da sociedade brasileira e da especulação com o solo urbano. A reforma urbana já estava prevista nas chamadas reformas de base do governo Jango, que, como sabemos, foram interrompidas no nascedouro, pelo golpe militar de 1964. Nesta agenda de reforma urbana, se inscreve políticas públicas de mobilidade urbana, como o transporte público de qualidade e a preços subsidiados, reivindicação central das recentes manifestações.

Finalmente, vale observar acerca dos movimentos sociais urbanos é que eles, ainda que se formem em torno do mesmo objetivo (busca de melhores condições de vida), possuem uma composição heterogênea, e, portanto, devem ser pensados como processos abertos e sujeitos a contradições internas (JACOBI, 1993). Portanto, como argumenta Ottmann (1995), suas identidades são fluídas e dependentes do contexto, não podendo, portanto, ter sempre a mesma intensidade.

²³ Conferir, entre outros, Maricato (2011); Ribeiro e Júnior (2011); Limonad (2004); Trindade (1996).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou em largas linhas tanto do escopo teórico que analisa a dinâmica urbana contemporânea, quanto buscou estabelecer a interação com a práxis social. Pelas teorias expostas, concluiu-se que a cidade é muito mais que um reflexo do capital, na verdade, é o espaço privilegiado para execução das atividades produtivas e reprodução das relações sociais, sujeita tanto ao movimento de reprodução da acumulação capitalista, como também a um conjunto diferenciado de forças sociais que agem tanto na construção do espaço urbano, quanto na sua modificação.

A hipótese levantada no início do estudo comprova-se tanto teórica quanto empiricamente, na medida em que os movimentos sociais urbanos são fluidos e dependentes do contexto conjuntural de ação, isto é, se adaptam às especificidades referentes às mudanças do modo de produção capitalista e produzem, ao mesmo tempo, alterações sobre o capitalismo. Os limites do capital na fixação dos valores mercantis urbanos são fortemente contestados pelos movimentos sociais, sendo que a disputa pela democratização da cidade e socialização abrangente dos meios de consumo coletivos são partes do processo de lutas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Pedro F. Em busca do urbano: Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos* 83, março de 2009.
- BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.
- BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 2006, p. 221-236. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2014.
- BOYER, R. **A teoria da regulação: os fundamentos**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BOTTOMORE, T. Estruturalismo. In: BOTTOMORE, T. (editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O poder da identidade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Fim de milênio*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GONZALEZ, H. P. *A economia política do capitalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo : Annablume, 2005.
- _____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. *Espaço & Debates*. São Paulo: Cortez, ano II, no 6, jun-set, 1982 pp. 6-35.
- _____. *The Geopolitics of Capitalism*. In: GREGORY, D. e URRY, J. (ed.). *Social Relations and Spatial Structures*. Londres: Mac Millan, Cambridge, 1985.
- _____. **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1993 (5ª edição).
- _____. *Para Entender O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo, 1974-84*. 2ª. ed. São Paulo : Cortez, 1993.
- LEFEBVRE, H. *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza, 1972.
- _____. *Espacio y Política*. Barcelona: Península, 1976.
- _____. *A Re-Produção das Relações de Produção*. Porto: Escorpião (1ª parte de *La Survie du Capitalisme*), 1973.
- _____. (1991) [1974]: *The Production of Space*. Oxford (R.U.) e Cambridge (EUA): Blackwell.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969. [1968].
- _____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

- LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *Geographia* – Ano 1 – No 1 – 1999.
- LINHARES, Lucas; MAGALHÃES, Felipe N. C.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. In: COSTA et al. *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte : dinâmica e especificidades no eixo sul*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São paulo: Nobel, 1988.
- _____. **Audácia: Uma Alternativa Para o Século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.
- LOJKINE, J. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOPES, J. S. Leite. O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. A Tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés". São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MÁRICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política, v. I, T. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/DIFEL, 1987a.
- _____. O Capital: crítica da economia política, v. II, T. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/DIFEL, 1987b.
- _____. O Capital: crítica da economia política, v. III, T. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/DIFEL, 1987c.
- MARX, K. E ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MANDEL, E. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: COSTA et al. *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte : dinâmica e especificidades no eixo sul*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006.
- NUNES, Edson. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. *Lua Nova*: São Paulo, junho de 1989, nº 17.
- OLIVEIRA, V. L. De; TRINDADE, J. R.B. As cidades médias do hinterland amazônico paraense: urbanização e desenvolvimento em período recente. *CADERNOS CEPEC* V. 2 N. 3. Março de 2013. Belém: PPGE/UFPa. Disponível em: <http://goo.gl/dLIP3H>.
- OTTMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. In: *Novos Estudos*, nº 41. São Paulo: CEBRAP, 1995.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti . Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas . *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Ano 1. Edição 2. Novembro de 2007.
- RIBEIRO, L. C. de Queiroz e JUNIOR, O. A. Santos. Desafios da questão urbana. *Le Monde Diplomatique Brasil*, abril de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/wdNwxn>. Acesso em 13/02/2014.
- SOUZA, Perci Coelho de. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. *Ser Social*, Brasília, n. 17, p. 59-112, jul./dez. 2005.
- TRINDADE, J. R. B. Expansão periférica e exclusão social no espaço urbano de Belém na segunda metade da década de 80. **Revista do Centro Sócio-Econômico**, Belém, v. 4, jan./dez. 1997, p. 95-115.